

emma goldman diante do tribunal – o povo do estado de nova york contra emma goldman¹

Publicado por Mother Earth

20 de abril de 1916.

O Tribunal de sessões especiais no Edifício da Corte Criminal de Nova York estava lotado na tarde em que Emma Goldman compareceu diante dos juizes O'Keefe, Moss e Hebert. Centenas de pessoas foram impedidas de entrar na sala do tribunal. Pessoas dos mais variados tipos e condições podiam ser vistas em meio à multidão de meninos e meninas, mulheres da sociedade, artistas, literários, médicos, advogados. Algumas das proeminentes figuras presentes eram o Dr. Charles Andrews, Dr. William J. Robinson, William Sanger, Leonard D. Abbott, Rose Marie e Yuster, Sr. e Sra. Robert Henri, Dr. Ben L. Reitman, Harry Weinberger, Robert Minor, George Bellows, Randall Davey, Sra. Jessie Ashley, Bolton Hall, Anna Sloan, Rose Pastor Stokes e Sra. J. Sergeant Cram.

Emma Goldman encontrou-se cara-a-cara com os próprios representantes da lei que ela havia violado. Ela optou por ir ao tribunal sem um advogado. Com rara coragem e eloquência, ela procedeu com sua sustentação. Albert B. Unger, o jovem advogado enviado para representar o Ministério Público fez de tudo para interrompê-la e confundi-la.

Um investigador foi chamado a testemunhar e, em seu depoimento, afirmou ter assistido à sua palestra sobre controle de natalidade no Cassino New Star, em Nova York, em 8 de fevereiro, na qual Emma Goldman havia falado sobre métodos contraceptivos. Ele entrou em detalhes que, por razões que os nossos leitores irão entender, não podemos reproduzir.

Reproduzimos aqui os desdobramentos, citados diretamente dos registros oficiais:

JUIZ O'KEEFE (Dirigindo-se à Acusada): O povo pôde finalmente descansar. Esse é o caso dele. Agora o caso vai para você, que pode propor umas moções por estar certa quanto à suficiência das provas apresentadas, encontrando uma dentre elas de absolvição e imediata libertação. E uma tal moção estaria em ordem.

SRA. GOLDMAN: Excelência, a testemunha afirmou, entre outras coisas, que havia homens, mulheres e crianças, e ele enfatizou o fato de que havia crianças de idade inferior a três anos. Seria provável que tais crianças pudessem se ofender com o que eu viesse a falar desse púlpito? Ele também disse que eu salientei, no discurso, que setenta e cinco mil pessoas, mulheres, morrem anualmente em decorrência de abortos criminosos, e que, em vez de levá-las a tal situação, elas deveriam utilizar métodos preventivos. Parece-me que os métodos de prevenção que ele utilizou eram simplesmente uma continuidade da palestra que os precedeu.

Prosseguindo, Excelência, o senhor foi realmente justo em me conceder o direito de expressar-me nesse tribunal e, se me permite, gostaria de seguir adiante. Eu gostaria de lembrá-lo que se houvesse liberdade de expressão na cidade de Nova York, ou neste condado, eu não estaria aqui nesta tarde. Lá não há liberdade de expressão. E eu espero que haja liberdade de expressão neste tribunal.

Emma Goldman diante do tribunal

Excelência, eu já realizei essa palestra em cinquenta cidades nos Estados Unidos, sempre diante de pessoas representativas e, dentre elas, havia sempre investigadores. Nunca fui molestada ou impedida de forma alguma. Eu dei essa mesma palestra em inglês e iídiche sete vezes em Nova York antes de falar no dia 8 de fevereiro. Sempre na presença de investigadores. Pois no meu caso, Excelência, a polícia e os detetives estão sempre por perto; estão sempre em todos os encontros. Eles anotavam tudo; tiveram a oportunidade de me prender. Mas nunca me prenderam quando eu dava a palestra em inglês; eles claramente aguardavam o momento em que eu desse a palestra em iídiche, quando ela poderia ser distorcida e, então, realizavam a prisão.

No entanto, Excelência, eu penso que antes que qualquer decisão possa ser tomada, se há justiça nessa corte, aquilo que está por trás da realização do crime deve ser considerado. Atualmente e nas últimas três semanas, toda noite, diante de casas lotadas, há um tremendo indiciamento social sendo encenado no Candler Theatre, chamado “Justiça”. O advogado de defesa, ao resumir sua sustentação em defesa do acusado, afirma que “por trás de todo crime — do ato de cometer um crime — há vida palpitante”. Agora, o que seria, Excelência, a vida palpitante? Isso poderia significar — tome o crime pelo qual sou indiciada. Eu lhe direi o que significa. Outro dia, o Ministério da Saúde emitiu [...]

SR. UNGER: Não tenho qualquer intenção em interromper a acusada, mas O Povo do Estado de Nova York está interessado em apenas uma proposição, isto é, processar a acusada por violação do Artigo de Indecência do Código Penal. Esse pronunciamento da acusada está fora de ordem. Penso que precisamos colocar certos limites. Não temos qualquer objeção à liberdade de expressão, nem tampouco a qualquer

propaganda que seja disseminada decentemente e de maneira pura.

JUIZ HERBERT: o senhor apresenta objeção às afirmações da acusada por serem incompetentes, irrelevantes e imateriais.

SR. UNGER: Sim, senhor. Eu recomendaria à acusada que propusesse uma moção formal de não consideração, se o Tribunal julgar procedente. O Tribunal a tratou muito bem e zelou pela observância de seus direitos e o Promotor defenderá os direitos de qualquer acusado que entre neste Tribunal.

JUIZ O'KEEFE: A senhora certamente excedeu-se um pouco em sua moção. O seu pronunciamento deve ser interpretado como uma moção de não consideração. Tal moção é enunciada a partir daquilo que está diante do Tribunal até o presente momento. O que está diante do Tribunal é a acusação apresentada pelo Promotor e o depoimento recém citado.

Seu ataque deve ser dirigido a essa acusação e a esse testemunho. Nós lhe concedemos, certamente, amplo espaço de ação, considerando que a senhora está agindo como sua própria advogada. Nós queremos lhe dar toda oportunidade de defender seus direitos e de levantar qualquer questão que seja pertinente.

SRA. GOLDMAN: Excelência, eu não tenho desejo algum em realizar um ataque, mas me parece que [...]

JUIZ O'KEEFE: Quando digo “ataque”, refiro-me a desafiar a suficiência. Quero dizer atacar em um sentido restrito, como uma moção de não consideração pode ser entendida como um ataque à suficiência da ação.

SRA. GOLDMAN: Isso é exatamente o que pretendo fazer, Excelência. Eu quero desafiar o indiciamento ou a acusação, com base no fundamento de que a acusação, ou ainda o Direito Penal, a seção do Estatuto, 1142, refere-se exclusivamente à venda ou à propa-

Emma Goldman diante do tribunal

ganda para a venda de tal coisa, ao passo que estou tentando ressaltar, com o intuito de solicitar a não apreciação da acusação — estou tentando ressaltar que a acusação é apenas parte de um vasto movimento apoiado num certo argumento econômico e social. Isso é certamente parte de uma defesa, e se, como afirmou o Promotor, há liberdade de expressão, eu devo ter o direito de dizer algo a respeito. Eu apenas gostaria de salientar que, de acordo com o informe do Conselho de Saúde, trinta milhões de pessoas nos Estados Unidos passam fome ao longo de suas vidas. Que espécie de criança, Excelência, essas trinta milhões de pessoas trazem ou podem trazer ao mundo, se o seu salário não é suficiente para sustentar seus filhos e a si mesmos? Como resultado, em decorrência de seus reduzidos salários e do grande número de crianças por residência, trezentas mil crianças, Excelência, são sacrificadas todo ano; morrem antes de alcançar o primeiro ano de vida. Assim, tal situação, acredito [...]

SR. UNGER: Se o Tribunal me permite, eu sinto muito interromper a Sra. Goldman, mas esse Tribunal não é lugar para discursos políticos. Essa moção não é dirigida às evidências desse caso. Se a acusada deseja tomar a palavra e fazer tais afirmações sob juramento, nesse caso haveria alguma razão, algum sentido, e regras adequadas para que as provas devessem ser aplicadas no sentido de sua admissão ou exclusão. Mas para uma moção, parece-me ser profundamente inadequado e objetivar meramente notoriedade e nada mais.

JUIZ O'KEEFE: A Sra. tentará se deter à adequação da moção, levando em consideração a seção?

SRA. GOLDMAN: Bem, Excelência, já que, segundo o promotor, eu não tenho o direito de expressar minhas razões sobre o alvoroço em torno do controle de natalidade e sobre aquilo pelo qual sou indiciada, eu apenas gostaria de concluir que ao divulgar idéias sobre o esclarecimento da raça humana, sobre a me-

lhoria da condição de vida das crianças, eu não o faço por ganhos pessoais ou lucro. Eu faço para alertar e trazer conhecimento às mulheres; para dar-lhes oportunidade de saber sob quais condições e por quais meios trazer filhos saudáveis ao mundo, e não encher o mundo de filhos. E portanto, considerando que não cometi crime algum, já que não estou me beneficiando pessoalmente, já que não é uma questão de lidar com falsas idéias e remédios fajutos, eu solicito que a acusação não seja acatada. Eu não sou culpada de crime algum em todo o grande movimento conhecido por controle de natalidade, apoiado pelos maiores homens e mulheres em todo o mundo. Eu desejo que a minha moção seja aceita e o indiciamento ou acusação sejam rejeitados.

JUIZ O'KEEFE: A moção é negada, com uma exceção à acusada.

A Sra. pode testemunhar agora. O caso está com você. A Sra. pode testemunhar em seu próprio nome ou pode chamar testemunhas em seu nome, como preferir.

SRA. GOLDMAN: O que significa “testemunhar por conta própria”, Excelência?

JUIZ O'KEEFE: Ir ao púlpito, fazer o juramento e contar sua versão do caso; o que aconteceu, assim como fizeram as testemunhas que a precederam. A testemunha que falou sob juramento testemunhou. Ele contou o que ocorreu sob juramento. Isso é testemunhar.

SRA. GOLDMAN: Pois bem, estou disposta a testemunhar.

EMMA GOLDMAN, acusada, chamada como testemunha em seu próprio nome, declarada solenemente, testemunhou o seguinte:

Exame direto pelo JUIZ O'KEEFE.

Emma Goldman diante do tribunal

P — Onde você mora? R — Eu moro na 20 East One Hundred com a Twenty-Fifth Street, em Manhattan.

P — Você está ciente da acusação que lhe foi feita? R — Sim.

P — E você ouviu o depoimento que foi dado pela testemunha, um policial, que acabou de depor? R — Sim.

P — Você pode dar seu depoimento em seu próprio nome e em sua defesa como lhe parecer mais adequado. R — Bem, a primeira afirmação que eu gostaria de fazer é que há uma grande diferença entre iídiche e alemão; eu dei a palestra em iídiche e o oficial não entende iídiche. Ele demonstrou que não entende nada pois não compreendeu o Presidente e, portanto, não poderia ter-me compreendido. Isso é uma coisa. Eu afirmo ainda que as diversas coisas sobre as quais o policial jurou são, em primeiro lugar, enganosas, pois estão mal escritas, erradas, e não seriam utilizadas por alguém inteligente. Eu afirmo ainda que antes de tratar daquilo que o oficial falou, os métodos preventivos, eu falei por quase uma hora, a partir de uma perspectiva educacional, para homens e mulheres da classe trabalhadora e profissionais de baixa renda; não, como ele afirmou anteriormente, para homens, mulheres e crianças, mas diante de homens e mulheres capazes de cuidar de si mesmos. Eu expus a razão, o objetivo e o histórico do movimento de controle de natalidade. Assim, se o oficial foi até lá com o objetivo deliberado de fazer anotações sobre o que ele ouviu, está evidente que ele o fez a partir do que compreendeu, não a partir do que foi realmente dito. Ademais, acredito que a testemunha não sabe taquigrafia. Como é que ele pode lembrar de tudo tão bem, de acordo com seu próprio depoimento? Não temos o hábito de lembrar de tudo com tanta precisão. A palavra falada é facilmente esquecida. Como ele se lembra — ele pode ler de seu próprio manuscrito — se não sabe taquigrafar ou pelo menos não sabe bem? Ainda, Excelência,

gostaria de acrescentar, se possível, que a causa e a razão para disseminar o controle de natalidade é uma necessidade urgente e imperativa. Como enfermeira de formação, que passou todo o tempo em meio à pessoas, eu sei que essa é uma necessidade urgente e que, portanto, eu não estou sozinha e isolada na divulgação do controle de natalidade. Eu tenho o apoio de centenas e milhares de profissionais da área médica e científica, artistas, intelectuais, mulheres de negócio, que perceberam que a prevenção é melhor que a cura. Com isso, queremos dizer que a conspiração do silêncio, conforme afirmou a testemunha, está levando mulheres ao aborto, quando a inteligência e o esclarecimento teriam salvo as mulheres e crianças. Isso é tudo o que eu tenho a dizer.

Inquirição pelo SR. UNGER :

Agora, Sra. Goldman, para romper a conspiração do silêncio, você acha necessário e essencial utilizar a palavra ——— e pronunciá-la em um evento público? R — Eu acredito ser necessário esclarecer ao público como prevenir a concepção.

P — Você já foi condenada por algum crime? R — Se eu fui? Sim, há vinte e três anos, senhor.

P — Qual crime? R — Eu fui acusada de [...]

P — Por qual crime você foi condenada? R — Eu fui acusada de ter incitado uma rebelião que nunca aconteceu.

Inquirição pelo JUIZ HERBERT:

P — A senhora nega que tenha dito o que o oficial afirma que a senhora disse? R— Eu nego ter dito dessa maneira, sim, senhor.

Um segundo investigador foi levado a depor e testemunhou que a Sra. Goldman falou de diferentes maneiras sobre prevenir a concepção.

Em seguida, a Sra. Goldman encerrou sua defesa:

Emma Goldman diante do tribunal

SRA. GOLDMAN: Excelência, eu estive envolvida no movimento social dessa cidade pelos últimos vinte e seis anos, como enfermeira, professora e editora. Durante esse período, eu testemunhei situações tão extremas que até os artistas mais criativos teriam dificuldade em descrever. Eu não irei tomar o tempo desta corte, nem tampouco o do senhor, com os detalhes. Eu apenas gostaria de chamar a sua atenção para alguns desses casos. Eu acompanhei o caso de uma mulher, casada com um homem tuberculoso, mãe de oito filhos e grávida do nono. Essas crianças estão em um hospital para tuberculosos. Eu acompanhei outro caso em que o homem ganha 12 dólares por semana, a mulher é mãe de seis filhos e está grávida do sétimo. Eu mesma cuidei de um caso em que a mulher era mãe de doze filhos; ela morreu na prisão, grávida do décimo terceiro, e o provedor da família, o filho mais velho, tem apenas quatorze anos. Esses são apenas alguns poucos casos do nosso moinho econômico, que recompensa a pobreza e as leis que fazem da conspiração do silêncio uma virtude. Como resultado dessas condições, Excelência, e também por causa da demanda e da insistência das próprias pessoas, a grande idéia de ajudar as pessoas a tomarem conta de si próprias e trazer melhores crianças ao mundo é a idéia que eu trago diante desse tribunal e diante do mundo hoje. Se isso é um crime, eu estou disposta a ser uma criminosa. Mas eu chamo vossa atenção para o fato de que eu não estou sozinha nessa posição. Eu tenho como ilustres colegas os maiores homens e mulheres em todo o mundo, incluindo nos Estados Unidos. Se para ensinar as pessoas a trazerem ao mundo melhores crianças, de tal forma que não se tornem indigentes ou povoem hospitais e reformatórios, ou terminem no crime, se isso for considerado crime, eu desejo ser condenada. Eu quero alertá-lo, Excelência, para o fato de que o controle de natalidade é uma fase importante do desenvolvimento humano. É uma fase na luta social mais ampla; ou, como seria mais adequado, uma

fase na guerra social mais ampla. Não uma guerra por conquistas militares, por supremacia material, mas uma guerra por um assento à mesa da vida por parte do povo, das massas que criam, que constroem o mundo e não recebem coisa alguma em troca. Eu vejo o controle de natalidade como apenas uma fase desse vasto movimento. E se eu, por meio da minha revolta — por meio da minha educação, eu diria — puder indicar um caminho para o aprimoramento da humanidade, a uma qualidade mais apurada, crianças que deveriam ter uma juventude feliz e gloriosa e mulheres que deveriam ter uma maternidade saudável, se isso é um crime, Excelência, eu tenho prazer e orgulho em ser uma criminoso.

JUIZ O'KEEFE: Certamente, Sra. Goldman, você precisa entender que nós não somos legisladores; somos o Judiciário e devemos interpretar a lei conforme a encontramos.

A sentença do Tribunal é de que a acusada deve pagar uma multa no valor de cem dólares e, diante da recusa ao pagamento, deve ser mantida na Casa de Correção até que a multa seja paga, não excedendo o período de quinze dias.

SRA. GOLDMAN: Eu escolho a Casa de Correção, Excelência.²

Tradução do inglês por Andre Degenszajn.

Emma Goldman diante do tribunal

Notas:

1 Publicado na revista *Mother Earth*, 1916, volume XI, nº 3.

2 “No cárcere do condado de Queens, como anos antes em Blackwell’s Island, comprovei que um delinqüente médio não nasce, mas se faz. É preciso ter o consolo de um ideal para sobreviver às forças construídas para humilhar o prisioneiro. Com tal ideal, os quinze dias foram para mim como um jogo. Li mais do que havia lido durante meses, preparei material para seis conferências sobre literatura americana e ainda sobrou tempo para me dedicar às minhas companheiras de prisão”. In Emma Goldman. *Vivendo Mi Vida*. Madri, Fundación de Estudios Libertários Anselmo Lorenzo, 1995, Tomo II, pp. 76. (N.T.).

RESUMO

O texto reproduz os registros oficiais do julgamento de Emma Goldman, em decorrência da denúncia de um policial, acusando-a de propaganda indecente.

ABSTRACT

The text reproduces official transcripts of Emma Goldman’s trial, following the accusation of a police officer for obscene propaganda.

Indicado para publicação em 23 de junho de 2008.